



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MÃSSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 276 - DE 16 DE FEVEREIRO A 01 DE MARÇO DE 2004 - R\$ 1,50

Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?

Chega de demissão! Emprego para todos!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

**(divisão de todo o trabalho disponível
entre os que possam trabalhar)**

Unir empregados e desempregados numa só luta!

**O que está por trás da crise interburguesa
ao redor da taxa de juros**

**Os ataques do governo
do PT/Lula à educação**

**O real conteúdo da
reforma do Judiciário**

**Internacional: Resoluções políticas do
Congresso Nacional do POR boliviano**

**Liberdade imediata para Saddam Hussein?
Fora as tropas imperialistas do Iraque!
Autodeterminação dos povos!**

Disputa interburguesa se acirra ao redor da política econômica

A disputa ao redor da política de juros entre frações ligadas à indústria voltada ao mercado interno (Fiesp etc.) e o governo do PT/Lula expressam a divisão interburguesa ao redor da crise capitalista. A fração burguesa que reivindica a redução da taxa de juros, apesar das tendências inflacionárias que se manifestam, pretende amenizar as pressões recessivas sobre a economia. O governo, empenhado em cumprir com os compromissos com o capital financeiro internacional, mantém as taxas de juros para salvarguardar os interesses dos credores da dívida pública. As denúncias e boatos recíprocos expressam essa disputa. O vice-presidente da Fiesp, com prisão decretada desde 7 de dezembro, ocupa os jornais na primeira semana de fevereiro; o presidente do Banco Central tem suas divergências com José Dirceu expostas e se cogita sobre sua demissão. As denúncias recíprocas são uma velha maneira burguesa de travar a disputa política.

É importante entender o que há por trás dessa disputa. A eleição de Lula se deu num quadro de aumento das tendências centrífugas entre as frações burguesas que apoiavam o governo de FHC. Dois dos pontos de tensão eram justamente a política governamental ao redor das taxas de juros e os elevados impostos. Frações da burguesia industrial se incorporaram à frente de apoio

a Lula sob o compromisso de que esse governo amenizaria a política pró-imperialista de FHC, favorecendo a produção voltada ao mercado interno. Isso se faria com a redução da taxa de juros e a reforma tributária, que deveria desonerar a produção.

Mas o que aconteceu foi bem diferente: o governo do PT/Lula manteve e aprofundou a política econômica de FHC. Os juros elevados e a preservação e até elevação da carga tributária acentuaram as tendências recessivas na indústria. O ano de 2003 teve crescimento zero enquanto a safra agrícola aumentou em cerca de 20%, o que significa que a indústria amargou retrocesso.

A política econômica do governo do PT/Lula se baseia fundamentalmente em garantir as condições para o pagamento dos compromissos com a dívida pública. A aplicação rigorosa dessa política, que cumpriu todas as metas firmadas com o FMI, levou ao pagamento de mais de 145 bilhões de reais em juros no ano passado. Mas mais da metade desse dinheiro veio de novos empréstimos, que elevaram o total da dívida pública a mais de 900 bilhões de reais! Se a dívida pública condiciona a política econômica do governo, ao mesmo tempo ela aponta para a quebra, a falência do Estado em pouco tempo. O Brasil, seguindo esse caminho, chegará a um ponto em que não será mais possível pagar o montan-

te gigantesco da dívida, com ocorreu com a Argentina. O governo Lula está levando o país para esse precipício.

A fração burguesa descontente tem se expressado por meio do vice-presidente José de Alencar e pelo seu partido, o PL. Procurará tirar vantagem eleitoral da tendência de choque dessas frações capitalistas com o governo.

A burocracia sindical, que expressa a política de conciliação de classes, segue a política patronal e se apóia nos capitalistas que reivindicam benefícios ao investimento produtivo interno.

Os assalariados não podem se submeter a essa linha, que leva à derrota. A independência de classe se expressa na defesa das reivindicações dos explorados contra os capitalistas e o governo. As tendências recessivas, que serão acentuadas pela preservação das altas taxas de juros e pelo bloqueio do mercado mundial estagnado, recairão sobre as massas pelo desemprego e arrocho salarial direto e indireto (corte de direitos).

Cabe à militância revolucionária impulsionar as tendências de luta pelas reivindicações, em especial aquelas ligadas a defesa do emprego e do salário. Denunciar o governo pelo não cumprimento das promessas. Combater a política chapa-branca da burocracia sindical conciliadora. Impulsionar as lutas mantendo a firme defesa das reivindicações.

Dívida

Dívida externa: governo PT/Lula compromete ainda mais o país com o imperialismo

Durante boa parte de sua existência, o PT considerou o endividamento interno e externo uma fonte de favorecimento a banqueiros, prometeu fazer uma auditoria e só pagar aquilo que

não compromettesse o tesouro nacional. Chegou a defender a moratória da dívida. Embora não fosse uma posição consequentemente antiimperialista, como parte de um programa de real

independência nacional, comparecia como defensor dos interesses nacionais contra o capital financeiro internacional.

Defender os interesses nacionais,

no interior do capitalismo, é proteger a burguesia brasileira e seus capitais. O que quer dizer que o PT se colocava no terreno do nacionalismo burguês.

A maioria das correntes de esquerda do PT e até mesmo parte das correntes que estão fora dele reivindicam o PT da origem. Mas a origem desse partido não ultrapassou o nacionalismo e o reformismo. Agora estão todos abismados com o fato do reformismo mostrar-se impotente diante do domínio imperialista, que se manifesta na forma concreta do endividamento e, portanto, do saque parasitário do capital financeiro.

Quando Lula fez um acordo com as forças burguesas internas de que cumpriria todos os compromissos do governo anterior, publicando seus termos na Carta aos Brasileiros, não se tinha a dimensão exata das consequências. A continuidade da política econômica e financeira resultou no brutal aumento da dívida pública e na maior dependência frente ao imperialismo.

As tramóias de FHC com os credores e o FMI foram responsáveis por um salto histórico no endividamento, fazendo parte delas o Plano Real e o plano de desestatização e o plano de reformas. Com Lula, no final de um ano, a dívida pública líquida teve um acréscimo de quase 3%. Em 2002, correspondia a 55,5% do PIB; em 2003, 58,2% do PIB. Em 1994, a dívida chegava a 30% do PIB. Nove anos depois, com dois mandatos de FHC e um ano do governo PT/Lula, quase que dobra. A dívida líquida de 2002 atingiu 881,1 bilhões de reais; em 2003, 913,145 bilhões de reais. Cresceu 32 bilhões de reais a mais em relação a dívida de 2002. Os juros bateram o recorde de 145,21 bilhões de reais.

O monumental esforço para conseguir um superávit primário de 66,173 bilhões de reais às custas de uma carga tributária de cerca de 32% do PIB e violentos cortes orçamentários, serviu para cobrir menos da metade dos encargos da dívida. Ocorre que para atender os interesses dos financistas e

credores, que têm capacidade de decretar a falência do país da noite para o dia, o governo PT/Lula praticou as mais altas taxas de juros do mercado mundial. A chamada confiança do Brasil pelos investidores corresponde à política que permite o saque das riquezas nacionais.

O governo PT/Lula se comporta como um serviçal e prepara uma crise econômico-financeira para o futuro próximo.

Quem está pagando esse saque são os trabalhadores, com trabalho, desemprego, miséria e fome. A burocracia sindical e a esquerda que dizem que este não é um governo definido e que está em disputa, portanto, que ainda pode vir a ser um governo de reformas democráticas e populares agem no sentido de evitar a organização de movimentos antiimperialistas e anti-governamentais.

Nossa conduta deve ser outra: denunciar o governo vendilhão e levantar as reivindicações da maioria explorada.

POR tem 3 novas publicações:

Sobre a mulher: Nesse há uma história marxista sobre a opressão da mulher. Trata-se da tradução do folheto publicado pelo POR boliviano "A mulher no processo revolucionário", que contém extratos dos clássicos do marxismo e uma introdução na qual aponta a importância da luta pela emancipação da mulher, "que será feita pela nação oprimida, não unicamente pelo proletariado, ainda que este deva imprescindivelmente converter-se na direção política. As organizações de mulheres estão chamadas a cumprir esta função específica. Atuar como canais de mobilização das massas femininas para a revolução proletária. Isso nos permite compreender porque o programa de reivindicações das mulheres deve estar subordinado a estratégia

do proletariado".

Sobre o segundo capítulo do livro de Trotsky: "Stalin, o grande organizador de derrotas". A publicação desse material é uma conquista de nosso partido. Trata-se da primeira tradução em português da luta contra as posições revisionistas e traidoras de Stalin-Bukarin e seus seguidores. Na introdução, feita por nós, dizemos a importância: "Hoje, com a desintegração da URSS e o avançado estágio de restauração capitalista, a crítica de Trotsky à tese do "socialismo em um só país" de Stalin se mostra completamente correta. E não se pode construir o partido da revolução proletária sem que esse documento programático seja assimilado e faça parte de sua elaboração programática. Ninguém melhor do que

o próprio Trotsky para reivindicar a importância do combate à revisão estalinista do programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista e do programa do partido Comunista russo".

Sobre o folheto da Bolívia. Trata-se de uma síntese da experiência boliviana ao redor do levante revolucionário de setembro/outubro de 2003. O folheto inicia com uma síntese de pontos do programa e da linha política do POR boliviano, feito por nós. E conclui com artigos do jornal Massas boliviano sobre o momento que antecede ao conflito, durante a luta e uma avaliação da trajetória revolucionária das massas nesse país vizinho.

São o capitalismo e a burguesia decadente os responsáveis pela tragédia das chuvas

O Brasil tem atravessado uma situação de calamidade pública encoberta nas últimas semanas. Quase 200 mortos e mais de 200 mil desabrigados pelas enchentes em todo o país dão uma idéia do tamanho da catástrofe. Se as chuvas têm caído em volume maior que o habitual, é preciso apontar que suas conseqüências catastróficas vão muito além das razões naturais. As mortes por desabamento e por afogamento, apresentadas como tragédias pessoais ou de famílias isoladas, são na verdade causadas pela crise social e pelos governos capitalistas. As moradias em locais inadequados e perigosos são resultado da falta de moradia e da miséria imposta às massas. Os mais pobres têm de se abrigar em locais perigosos porque são praticamente expulsos dos locais adequados, dado o elevado preço das moradias, dos aluguéis e os baixos salários. E as condições precárias das periferias são mantidas pelos governos federal, estadual e municipal, todos eles empenhados em garantir o sustento do parasitismo financeiro, a

corrupção e o controle da máquina governamental, às custas de cada vez mais e maiores impostos sobre os assalariados e de cortes nos gastos em serviços sociais públicos.

As enchentes nas ruas das grandes cidades ocorrem principalmente pela falta de limpeza e de obras adequadas nas ruas, e pelo crescimento da ocupação urbana, condicionado pelos interesses da especulação imobiliária. As grandes indústrias despejam impunemente toneladas de dejetos por hora nos leitos dos rios, porque isso é mais barato que tratar os resíduos. Enquanto isso os governos pedem para os assalariados não jogarem seu papel de bala nas ruas (que não têm latas de lixo), porque isso entope os bueiros.

Dizem para os assalariados economizarem água porque os reservatórios estão vazios. Mas não dizem que um terço da água se perde nos vazamentos, por falta de manutenção, nem que a água usada pelas grandes empresas deveria ser reutilizada, e não o é para engordar os bolsos dos capitalistas.

Os pobres pagam com impostos,

sofrimento, perda de seus poucos bens e com a própria vida a ganância capitalista. Trata-se de mais um aspecto da opressão de classe, que não depende da fúria da natureza, apenas lhe dá canal de expressão.

A solução para os problemas das enchentes e desabamentos depende de choque contra os governos capitalistas e suas políticas, e de choque contra o conjunto dos capitalistas. Só pode ser resolvido com pleno emprego, com salários de acordo com as necessidades da família operária, com investimento público em moradia e saneamento, com restrições às grandes empresas ao uso da água e do ambiente. Tudo isso depende de mobilização, de ações de rua, de greves e ocupações. Não se trata de eleger este ou aquele governo, que pelos compromissos assumidos para a vitória eleitoral só poderá expressar os interesses dos capitalistas. A luta anticapitalista é o caminho para livrar a humanidade das conseqüências de fenômenos naturais previsíveis e controláveis.

Infiltração imperialista

A CPI do Banestado, que investiga as contas CC5 de entrada e saída de dinheiro, por onde bilhões de dólares foram enviados ilegalmente para o exterior, acabou por descobrir um canal de financiamento dos Estados Unidos à Polícia Federal, Polícia Militar e ONGs. Evidencia o intervencionismo secreto

do imperialismo.

A Fundação Interamericana (Interamerican Foundation) do Congresso dos Estados Unidos usa do financiamento para influenciar os órgãos de repressão, como a Polícia Federal e as PMs, infiltrando-se assim em seu interior.

No disquete, entregue pelo Banco

Central à CPI, verificam-se depósitos em contas de pessoas físicas e jurídicas. Uma das contas mostra que 11 milhões de reais foram injetados na Polícia Federal. Segundo informações, serviriam para combustível, equipamentos, seminários de treinamento de prevenção de uso de drogas nas escolas

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

públicas e palestras. ONGs recebem o dinheiro para campanhas ecológicas e de assistência social. O que mostra que o movimento ambientalista, no Brasil, é regado, pelo menos em parte, pelo farto dinheiro do imperialismo. Conta como assistencialismo, projetos sociais do tipo Associação de Catadores de Papel.

Na Amazônia, a Raytheon, empresa norte-americana que aparelhou o serviço de vigilância (Sivam) está envolvida nos tais 'projetos sociais', em parceria com fundações ligadas às universidades federais do Amazonas, Pará e Rondônia.

São milhões de dólares para uma rede de atividades dos Estados Unidos no interior do Brasil. Acobertado por ONGs e agentes internos à Polícia Federal e PMs, os que foram revelados, mas certamente a infiltração é muito mais ampla, o imperialismo exerce espi-onagens e influencia na política interna.

Certamente, se se fizesse uma ampla

investigação, encontraríamos situações como as da década de 60 em que instituições do tipo IBAD e IPES financiaram com o dinheiro dos Estados Unidos a infiltração das posições do imperialismo nos movimentos sociais (sindicalismo, entidades estudantis e camponesas).

O caso da Raytheon na Amazônia é bem sintomático. Os interesses norte-americanos sobre essa região do país são estratégicos.

A revelação de que os Estados Unidos financiam atividades da Polícia Federal, PMs e ONGs brasileiras é tomada com indiferença pelo governo do PT/Lula. Também não se vê nenhuma reação das direções sindicais e estudantis. Nenhuma campanha de denúncia é feita. Parlamentares ditos de esquerda, já não se tocam com a infiltração imperialista. Essa atitude de conivência indica que ponto a dita soberania nacional não passa de uma casca oca.

A burguesia brasileira, seus parti-

dos, parlamento e órgãos militares se encontram em posição servil. Trata-se de um reflexo da maciça presença do capital financeiro e das multinacionais no interior do país. A interpenetração dos interesses econômicos da burguesia nacional com os da burguesia imperialista, saqueadora do país, explica o grau de dependência do país em relação à hegemonia mundial dos Estados Unidos.

O proletariado brasileiro, para se elevar à condição de classe revolucionária, por meio de suas organizações, terá de tomar em suas mãos a luta antiimperialista em todas as frentes. Há que se denunciar o caráter antinacional da burguesia brasileira, a capitulação do reformismo petista e de seu braço sindical. Trabalhar a bandeira de expulsão das ONGs, fim de todos os projetos sociais, ambientalistas e de repressão financiados pelos Estados Unidos e implementados pelos órgãos militares brasileiros.

O que são o IBAD e IPES

Os interesses multinacionais e associados atuavam com outras formas de representação de interesses além do controle da administração paralela ou do uso do lobby sobre o Executivo. Pretendiam influenciar a opinião pública por meio da criação de grupos de ação política e ideológica. O primeiro desses grupos foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em fins da década de 50. O IBAD influenciou e penetrou no Legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais e apoiou alguns sindicatos em particular. O IBAD atuava diretamente sob a direção da CIA, que o financiava. Em 1962, o IBAD interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos reacionários, que assumiam o compromisso de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária.

Os fundadores do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) tinham em comum as ideias anticomunistas e a sua ambição de reformular o Estado. O IPES era uma entidade sofisticada,

pretensamente científica, e se ligou a Escola Superior de Guerra. Sua influência se estendeu também aos jornais e a outros órgãos de divulgação. A campanha de conscientização de classe, liderada pelo complexo IBAD e IPES, surtiu efeito no período que antecedeu o golpe militar de 1964. Empresários de multinacionais e associados começaram a sustentar o IPES de meios necessários para desenvolver seu trabalho anti-comunista. Reuniu as mais diversas associações de classe, sindicatos comerciais e industriais, grupos de pressão, militares, técnicos etc. Desenvolveu-se uma campanha ideológica contra o bloco histórico-populista. Tal ação compreendia a desagregação dos quadros populistas, adiando as ações do Executivo e tentando conter o desenvolvimento da organização nacional de classes trabalhadoras. As atividades do complexo IBAD/IPES acarretaram conseqüências sobre a capacidade do Executivo e da esquerda trabalhista de compor um alinhamento exequível para realizar suas reformas distributivas e medidas

nacionalistas. A contenção ideológica era suplementada e coordenada com outras atividades nos campos políticos e militares. O IPES chegou a contratar militares reformados para montar um serviço de inteligência, cuja função consistia em colher dados sobre uma pretensa infiltração comunista no governo de Goulart e distribuí-los, clandestinamente, entre oficiais, que ocupavam postos de comando. O refrão de que os comunistas manobravam o governo Goulart, usado pelo IPES, visava assustar não somente os militares anticomunistas, mas, também, os demais setores das classes dominantes, radicalizando-os e predispondo-os para a aceitação do golpe de Estado.

A história do IBAD consta dos arquivos de Comissão Parlamentar de Inquérito. O IPES, organizado por banqueiros e homens de empresa e comandado na prática por agentes da CIA, mostra que foi uma peça chave para a montagem da operação que, deflagrada em 64, estabeleceu a ditadura militar.

Ceará

Lúcio Alcântara governa para os empresários e impõe arrocho e destruição de conquistas sociais aos trabalhadores

O governador do Ceará, Lúcio Alcântara (PSDB), termina o primeiro ano de seu governo descarregando nos ombros dos trabalhadores todos os efeitos da crise que o capitalismo atravessa, que se refletem na imposição de reformas no estado, como a reforma administrativa e previdência, tornando cada vez mais difícil o acesso à aposentadoria, criou a contribuição para os servidores aposentados para previdência estadual, corte nas verbas para custeio nos serviços públicos em até 15%, continuidade da política de incentivo aos empresários e repressão aos movimentos dos servidores públicos que se contrapõem a essas medidas.

A própria eleição de Lúcio Alcântara foi marcada por denúncias de fraude, compra de votos etc., tendo obtido uma inexpressiva diferença de 3.047 votos em relação ao candidato petista José Airton Cirilo. Do ponto de vista eleitoral, o governo de Lúcio Alcântara adotou a estratégia de aproximação com o Prefeito de Fortaleza Juraci Magalhães (PMDB), que responde a várias denúncias de desvios de verbas públicas da educação, da me-

renda escolar e da saúde, além das incontáveis licitações fraudulentas, tendo os dois partidos assinado um protocolo de ações conjuntas que incluem entre outras o embelezamento da orla marítima da Capital e a renovação de concessão de serviços públicos de água e esgoto. Enquanto isso, os trabalhadores sofrem com a miséria, as enchentes (até agora morreram 17 pessoas e mais de 100 mil atingidas em todo o Ceará), a fome, a falta de moradia, o desemprego crescente e a informalidade, não tendo qualquer acesso aos serviços públicos nem a conquistas trabalhistas. De outro lado, os trabalhadores, que se encontram sem emprego nas fábricas, chegam ao estado, são submetidos às mais profundas formas de exploração com salários muito baixos e jornadas estafantes.

A política econômica é marcada pela drenagem de recursos públicos para a iniciativa privada através de vários mecanismos como incentivos fiscais, infra-estrutura com recursos públicos nos locais de instalação de empresas, isenção de impostos. O governo aumentou a

alíquota do ICMS sobre a gasolina, telefone e energia elétrica, o que significa que os empresários repassarão para os preços, despejando sobre os assalariados o encargo de financiar o incremento do imposto.

Por outro lado, o movimento operário, dos servidores públicos e demais oprimidos encontra-se freado pela política reformista no interior dos sindicatos e demais organizações, tendo em vista a estratégia do PT e seus aliados de manterem o diálogo com o governador Lúcio Alcântara (PSDB). A aprovação da Reforma da Previdência, que retirou conquistas dos trabalhadores e aposentados, criando a taxação dos inativos expressa o colapso do Partido dos Trabalhadores e seus aliados do PC do B, PSB e PPS, que em nível federal estão juntos para impor tremendas perdas aos explorados. Somente a retomada dos movimentos dos trabalhadores podem barrar as reformas que estão sendo impostas pelo PT e seus aliados, através dos métodos de lutas próprios dos oprimidos, como as greves de massas e amplas manifestações.

Publicamos abaixo uma contribuição da Corrente Proletária no Judiciário sobre a Reforma do Judiciário para discussão com a categoria

O significado da reforma do judiciário

Está em andamento na grande imprensa uma enorme campanha defendendo uma "Reforma no Poder Judiciário".

À frente está o governo do PT/Lula, com a propaganda de que esse poder precisa ser mais ágil e menos corrupto. Para tanto, defende um "controle externo" para fiscalizar suas ações, entre outros pontos. Porém, tudo não passa de uma cortina de fumaça.

A verdade é que se pretende ajustar os poderes do Estado aos interesses das multinacionais e do capital financeiro, que se materializam na aplicação das reformas neoliberais iniciadas pelos governos anteriores e que o governo do PT/Lula está não só dando continuidade, mas aprofundando.

O Judiciário, enquanto integrante do Estado capitalista, sempre defendeu os interesses gerais da classe dominante e, na atual fase da crise econômica mundi-

al, precisa ser alinhado aos elos mais fortes da burguesia (imperialismo).

É falsa a idéia de que é possível sanar essa instituição apodrecida. A corrupção é inerente ao Estado e não pode ser extirpada, pois é parte do funcionamento deste. No Judiciário, não poderia ser diferente, pois se trata de um pilar de sustentação deste Estado.

Porém, a aprovação das reformas precisa do apoio e conivência dos magistrados para que manipulem com as leis cada vez mais no sentido de aumentar a exploração sobre os trabalhadores.

Por outro lado, o judiciário absorve uma importante parcela do orçamento, que pelas metas governamentais precisa ser "contingenciado" para redirecionar o dinheiro para o pagamento dos juros das dívidas interna e externa.

Em São Paulo, a extinção dos Tribunais do Trabalho, alçada civil e criminal e a criação de um órgão maior já foi aprovada

em 1999, porém, as pressões corporativistas levaram a questão ao STF. As negociações giram em torno do enxugamento das burocracias regionais, que precisam ser reagrupadas em instituições maiores, mais manipuláveis e mais adaptadas aos planos do governo central e do FMI.

As denúncias de corrupção do tipo "operação anaconda", CPLs etc., servem apenas para esconder os interesses das multinacionais e do capital financeiro. Servem também como elementos de barganha de uma fração burguesa sobre a outra como forma de preservar seus próprios interesses.

Para trabalhadores judiciários, a reforma do Poder Judiciário significará mais arrocho salarial, aumento da sobrecarga de trabalho e demissões. É preciso nos organizarmos para lutar contra a destruição de nossas condições de vida através da ação direta (greve, ocupação, manifestação, bloqueio de rua etc).

Mais um passo da reforma universitária: a doação de 100 mil mensalidades escolares aos capitalistas

O governo do PT/Lula anunciou que pretende estatizar já este ano um total de 100 mil vagas nas universidades particulares. Trata-se de mais um passo na reforma universitária.

A idéia do governo é o pagamento das mensalidades a 100 mil jovens universitários nas escolas particulares, selecionados por critérios sociais. O argumento é que as universidades particulares contam com muitas vagas ociosas, decorrentes da impossibilidade da juventude sustentar as elevadas mensalidades. Assim, ao invés de investir no ensino público, o governo ajuda os capitalistas do ensino, com a garantia de pagamento de mensalidades, enquanto corta 2,7% das verbas para as universidades federais. Esse será o primeiro passo de um projeto que pretende oferecer ainda mais 250 mil vagas nas universidades particulares custeadas pelo governo.

A reforma universitária do governo do PT/Lula revela seu conteúdo: cortar gastos públicos com o ensino superior e favorecer, inclusive com subsídios, o ensino pago, ou seja, a exploração capitalista do ensino superior. O pretexto usado de vagas ociosas chega a ser cínico, porque as universidades públicas também não oferecem todas as vagas possíveis, pela falta de professores, funcionários e assistência para fazê-lo. O investimento nas atuais universidades poderia elevar substancialmente o número de vagas, e o volume total de recursos que se entregará aos capitalistas do ensino daria para sustentar várias universidades públicas pelo país.

O combate à reforma universitária de Lula tem de assinalar a defesa da universidade pública e gratuita em oposição ao subsídio e à própria existência do ensino pago.

O ensino superior gratuito é um direi-

to democrático que o capitalismo não é capaz de garantir. A existência e crescimento do ensino superior particular é mais uma manifestação da desintegração do capitalismo: o capital financeiro, sem ter como investir na produção, tem de se proteger da desvalorização assumindo setores de atuação do Estado e tornando-os lucrativos. A partir do momento que exista uma fração capitalista investindo no ensino superior, a mecânica do modo de produção capitalista imporá a destruição do ensino público, que concorre com o pago. Por isso, não é possível defender conseqüentemente o ensino público sem combater pelo fim do ensino pago, ou seja, pela estatização de toda a rede privada de ensino, de forma a garantir vagas para todos.

A luta pelo direito ao ensino público leva o movimento estudantil a se juntar ao proletariado para destruir o capitalismo pela revolução proletária.

Flexibilização neoliberal na educação

Aproveitando-se do movimento de destruição de conquistas sócias em vários setores da economia e apoiando-se na ação estatal voltada à Reforma Trabalhista, empresários da educação anunciam que irão aplicar a terceirização no ensino. Significa eliminar vínculos empregatícios dos trabalhadores da educação com a empresa escola e submetê-los à condição de prestadores de serviço.

Segundo os cálculos dos donos de escolas, economizarão 730 reais em encargos para cada 1000 reais pagos em salário. Os exploradores da educação gabam que a medida poderá elevar os salários em até 80%. Mas esses lobos não têm como passar por cordeiros, a não ser para os imbecis inveterados. O que pretendem mesmo é não pagar o 13º, férias, fundo de garantia, recesso remunerado, adicional noturno etc.

Já se tem até o nome para o projeto de terceirização: "Colégio Brasil Novo". Brasil novo para os lobos é o da escravidão, quando muito o da República Velha

Quem está encabeçando a novidade é o empresário José Aurélio de Camargo. Aquele que, na década de 80/90, mobilizou o empresariado da educação a se contrapor ao controle do valor das mensalidades pelo governo federal.

O núcleo do projeto se resume assim: as escolas conveniadas farão parte de uma empresa de terceirização (holding), que se encarregará do jurídico, administrativo, marketing e material didático. A mão de obra será remunerada de acordo com o número de alunos em classe. É o sumo da flexibilização modernizante, não?

Com o "Colégio Brasil Novo", os exploradores da educação esperam resolver um problema: a ociosidade média de 40% das vagas. O crescimento caótico de escolas particulares, que de 1200, em 1992, só em São Paulo, saltaram para 2600, acompanhado do empobrecimento da classe média, que também vive o drama do desemprego, levou à crise de ociosidade.

Os capitalistas da educação não podem admitir a queda nos seus lucros e

parte se vêem diante da inviabilidade de seus negócios. O projeto de terceirização comparece, assim, como a tábua de salvação. Trata-se do fenômeno de mercantilização da educação, impulsionada pelo Estado, que tem sucateado e se livrado cada vez mais do ensino público e gratuito.

O fato de se sobreporem os interesses mercantis ao ensino, a ponto de se lançar mão de recursos tão bárbaros contra direitos trabalhistas elementares, de se desvincular o professor do local de trabalho e de sujeitá-lo a uma empresa de venda de força de trabalho, indica a decomposição do sistema capitalista e a necessidade dos trabalhadores e da juventude estudantil reagirem em defesa da estatização geral de todo o ensino privado, sem indenização dos parasitas, e sob o controle de quem trabalha e estuda. A tarefa de defender o ensino contra a degenerescência capitalista implica a luta por um único sistema de educação, público, gratuito e vinculado à produção social.

Reforma Sindical, para quem?

O governo PT/Lula prepara mais um conjunto de medidas contra os trabalhadores. Os dirigentes sindicais, governo e empresários já algum tempo vêm “negociando” direitos trabalhistas em troca do aumento da centralização burocrática e fortalecimento dos aparelhos sindicais nas mãos das direções apelegadas.

O que está em jogo?

1. A legalização da CUT como o organismo que “negocia” o contrato coletivo nacional e questões que atingem toda a classe operária brasileira. Os sindicatos se restringirão aos acordos por empresa, desde que não estejam em oposição ao já determinado pela negociação nacional feita pela CUT. Pela legislação atual, a CUT não pode assinar nenhum acordo coletivo com a classe empresarial.

O Nossa Classe se coloca da seguinte forma: A legalização da CUT não deve fazer parte das negociações da reforma sindical. A legalização da Central Sindical deve ser arrancada pela luta dos trabalhadores e não como uma barganha entre governo, patronato e direções sindicais. Na verdade, o que a CUT quer é poder agir por cima das assembleias sindicais. Esse tipo de legalização compromete ainda mais a CUT e sindicatos com o Estado e o governo. Compromete ainda mais a sua independência. Não podemos esquecer que o Estado, suas leis e seu governo são feitos pela classe capitalista e servem unicamente a seus interesses.

2. Fim da data-base. Ao invés de se ter a data-base, a proposta é instituir a “negociação permanente”. E também o contrato coletivo de trabalho. Os companheiros poderão ver que o fato dos sindicatos só poderem fazer acordos por fábrica elimina as campanhas salariais de toda uma categoria. E que os reajustes poderão ser feitos isoladamente, de forma que a maioria das fábricas não terá força para exigir a reposição integral e muito menos aumento de salário. Existe ainda o agravante de que o sindicato pode fazer acordos por fábrica em que se elimina a campanha salarial anual.

O Nossa Classe defende: manutenção e unificação de todas as datas-base.

Trata-se de um mecanismo que unifica os trabalhadores em torno das campanhas salariais e outras reivindicações. Fortalece as ações coletivas contra o patronato. Porém, há muito tempo a burocracia sindical tem feito da data-base o momento de assinar os acordos malditos. Não convoca assembleia unitárias, não prepara o conjunto dos trabalhadores para enfrentar os patrões e não trabalha para que as campanhas salariais sejam massivas e possam de fato arrancar as reivindicações. A força do movimento operário está na sua unidade de classe e não no seu divisonismo por fábrica. Está na defesa comum das reivindicações contra a exploração do trabalho e não no corporativismo que individualiza as fábricas e os trabalhadores como esses não fizessem parte do conjunto dos explorados.

3. Julgamento das greves. Diante dos conflitos entre capital e trabalho, mantém-se a possibilidade de arbitragem externa, que pode ser privada ou pública. Elimina-se o poder normativo da Justiça do Trabalho e assegura os julgamentos de dissídio de natureza jurídica. As greves deixam de ser abusivas, mas os atos “anti-sindicais” poderão ser punidos. O texto da Tribuna Metalúrgica não explica o que são os atos anti-sindicais. Seriam os piquetes? As ocupações de fábrica? As manifestações de rua? O problema fundamental está em que não se garante o direito irrestrito de greve. Dá a entender que a greve não abusiva é aquela passiva e sujeita às pressões dos patrões e do governo.

O Nossa Classe se coloca: Pelo fim de todos os organismos de arbitragem privados e públicos, que servem para punir o movimento dos trabalhadores. Pelo fim de toda legislação anti-greve. Direito irrestrito de greve. Não à farsa que vem sendo criada em torno de “atos anti-sindicais”, pois isso significa proteção para os dirigentes pelegos e punição para os trabalhadores que se destacam na luta contra os acordos pró-patronais.

4. A eliminação gradual do imposto sindical. Tudo indica que haverá um período de cerca de três anos para que o imposto sindical seja abolido.

Permaneceriam a contribuição dos associados e as taxas negociais, com o limite de até 12% ao ano. A taxa negocial elevada servirá para pressionar os trabalhadores a se sindicalizarem. Esse recurso de aumentar a filiação pela taxa negocial é contrário ao trabalho de elevação da consciência política dos trabalhadores e de conquistá-los para o sindicato. A maior parte dos não filiados é porque são despolitizados e não acreditam na possibilidade de mudança da burocracia sindical corrompida.

Nossa Classe se posiciona: pelo fim imediato do imposto sindical, das contribuições confederativa e assistencial e também das taxas negociais. Isso porque serve unicamente para fortalecer os burocratas sindicais e tornar os sindicatos verdadeiras empresas de negócios. Os sindicatos devem ser criados pela luta e sustentados unicamente com a contribuição voluntária dos associados, decidida coletivamente em assembleias. O auto-financiamento do sindicato vem com a necessidade dos trabalhadores se unirem na defesa de suas vidas e contra a exploração. Por isso, tem de ser um ato voluntário, expressar as necessidades de luta e a elevação da consciência de classe da maioria. Um sindicato em que tenha uma burocracia profissionalizada e vitalícia, que ganha salários acima da média salarial dos trabalhadores e que tem todo privilégio da política burguesa (tornam-se deputados, vereadores etc) não pode conquistar a confiança dos trabalhadores e aprofundam seu nojo ao sindicalismo corrompido, confundindo-o com o sindicato como organismo de defesa da classe operária contra a classe capitalista.

Somente por esses 4 aspectos dá para se ver que a Reforma Sindical nada tem a ver com nossos interesses. São interesses do governo, que procura cada vez mais disciplinar os sindicatos para que estes sirvam de alavanca para a implementação de medidas contra os trabalhadores (como reforma da previdência, reforma trabalhista etc). São interesses do patronato, que precisa da burocracia sindical para abafar os conflitos e sufocar os instintos de luta da classe operária, que se contrapõem à flexibilização do trabalho e aos acordos malditos. São interesses da burocracia,

Pudemos compreender que a revolução socialista em um país é parte da construção do comunismo mundial, em cada país por mais longínqua que pareça a possibilidade real de uma sublevação operária, é necessária a preparação do partido para os efeitos da revolução em países próximos. O fato da Bolívia, por

exemplo, viver hoje uma situação que tende para a insurgência das massas serve de alerta para o POR brasileiro se apressar na penetração de suas idéias programáticas no operariado nacional.

A publicação desse segundo capítulo do livro de Trotsky e o estudo coletivo do mesmo são uma conquista para nosso

partido (POR). Trata-se da primeira tradução em português da luta contra as posições revisionistas e traidoras de Stalin/Bukarin. A assimilação dessa experiência permite compreender o processo restauracionista da Rússia, leste Europeu, China e Cuba e a defesa do Internacionalismo proletário.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Para uma melhor compreensão, recomendamos a leitura do texto “As três fontes constitutivas do marxismo”, de Lênin (já publicado no Massas).

9. Luta econômica x Luta política

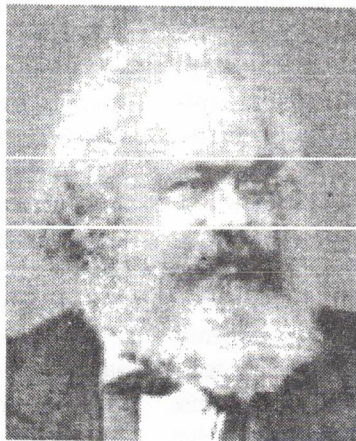
O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência

No princípio, lutam operários isolados, depois os operários de uma mesma fábrica, a seguir os operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês singular que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não apenas contra as relações burguesas de produção, mas contra os próprios instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, incendeiam as fábricas, procuram reconquistar pela força a desaparecida posição do trabalhador da Idade Média.

Nessa fase, os operários constituem uma massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A aglomeração de operários em grandes massas ainda não é o resultado da sua própria união, mas da união da burguesia, a qual, para alcançar seus próprios objetivos políticos, é obrigada a colocar em movimento todo o proletariado, o que por enquanto ainda pode fazer. Nessa fase, portanto, os proletários não combatem os seus inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia

absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não industriais, os pequenos burgueses. Assim, todo o movimento histórico está concentrado nas mãos da burguesia; toda vitória obtida nessas condições é uma vitória da burguesia.

Porém, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; concentra-se em massas cada vez maiores, sua força aumenta e ele sente mais tudo isso. Os interesses, as condições de existência no interior do proletariado igualam-se cada vez mais à medida que a maquinaria elimina todas as distinções de trabalho e reduz, quase por toda parte, os salários a um mesmo nível baixo. A crescente concorrência dos burgueses entre si e as crises comerciais que disso resultam tornam os salários dos operários cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna as condições de vida do operário cada vez mais precárias; as colisões entre o operário singular e o burguês singular assumem cada vez mais o caráter de colisões entre duas classes. Os operários começam a formar coalizões* contra os burgueses; reúnem-se para de-



fender seus salários. Chegam até mesmo a fundar associações permanentes para estarem precavidos no caso de eventuais sublevações. Aqui e ali a luta explode em revoltas.

De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos operários.

10. Partido

Essa organização dos proletários em classe e, com isso, em partido político, é incessantemente abalada pela concorrência entre os próprios operários.

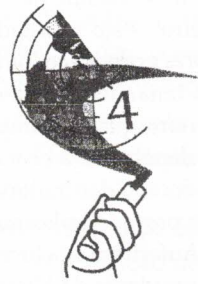
11. Proletariado, única classe revolucionária

De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando (verkommen) e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é o seu produto mais autêntico

Nesta edição:

- Avolumam as dificuldades e os atritos entre as potências imperialistas
- Os EUA e o mistério das armas de destruição em massa no Iraque
- Congresso do POR da Bolívia
- Bolívia: trégua se esgotou e movimentos retomam a mobilização

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Avolumam as dificuldades e os atritos entre as potências imperialistas

A invasão dos Estados Unidos ao Iraque expôs a rachadura entre países da Europa e Estados Unidos e no próprio interior do continente europeu. França e Alemanha viram seus interesses estratégicos ameaçados. Inglaterra, Itália e Espanha se alinharam por detrás dos norte-americanos, procurando preservar posições no débil equilíbrio das relações interimperialistas.

Logo os Estados Unidos se depararam com a resistência iraquiana e necessitam envolver a ONU para consagrar seus objetivos. O que quer dizer que precisam recorrer à máscara da legalidade internacional para desfechar mais um massacre, caso contrário não têm como manter o Iraque ocupado. A França e Alemanha, que ficaram à margem da invasão, voltam a ser um instrumento para a ofensiva mundial dos Estados Unidos.

O governo Bush procura combinar os interesses imperialistas em torno do controle do Estado iraquiano e, fundamentalmente, da riqueza petrolífera. Uma reconciliação via ONU, de forma que a Europa opositora passasse a ser também interventora, mas subordinada aos objetivos norte-americanos, seria bom para todos, menos evidentemente para o Iraque e o conjunto dos povos oprimidos do Oriente Médio. Entretanto, não é fácil aparar as arestas.

Como pano de fundo de um conflito que parece circunscrito ao Iraque, há o desenvolvimento da crise econômica mundial. Na última década, os ianques sustentaram um crescimento, sem dúvida, às custas de artifícios da política econômico-financeira, enquanto que a Europa permaneceu estagnada e o Japão entre

recessão e estagnação. A economia global como um todo vegetou.

Na atualidade, os elementos de uma crise mais ampla e profunda começam a se manifestar e a colocar as posições imperialistas em choque. Basta verificar a agudização dos atritos em torno do protecionismo, que expõe a necessidade do expansionismo de todas as potências, não só da norte-americana. Mas são os Estados Unidos que melhor expressam a busca de maior espaço, uma vez que é a potência hegemônica e as demais economias imperialistas ocupam um lugar, se não subalterno, como os países semicoloniais, inferior quanto à capacidade de expansão e decisão da política mundial do capital monopolista. A ofensiva militar sobre o Afeganistão e Iraque é sintoma dessa equação.

Nesse pano de fundo também ressalta a desvalorização do dólar, crescendo as disputas no mercado. Informações apuradas na reunião de ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais do Grupo do 7 indicam que o dólar se desvalorizou aproximadamente 30%, nos últimos dois anos, em relação à moeda européia (Euro). Tem causado apreensão o fato de ter se desvalorizado cerca de 10% de setembro de 2003 a inícios de 2004. Se esse desequilíbrio entre as moedas permanecer, e pelo que parece pode até aumentar, o crescimento vegetativo da Europa poderá se tornar insustentável e levá-la à recessão. É que cairá ainda mais a capacidade de exportação, uma vez que encarece suas mercadorias. Internamente, a dinâmica econômica da Europa é de saturação.

Não por acaso o encontro do G-7, realizado em fevereiro na Flórida, não decidiu por nenhum caminho. Limitou-se a uma

declaração sobre os perigos da excessiva volatilidade dos mercados de câmbio. Mas cada uma das autoridades teve uma reclamação a fazer à parte da reunião. O ministro da Alemanha apontou o despencar do dólar como um assunto que merece tratamento especial. Ocorre que parte da crise do capitalismo nos Estados Unidos vem sendo paga por setores industriais da burguesia europeia.

Pouco antes dessa reunião, houve o encontro de Davos, de composição mais ampla, que apontou para os riscos da valorização do Euro. A conclusão é que uma valorização de mais 10% interromperia a possibilidade de uma pequena recuperação econômica européia. A crítica recaiu sobre os desequilíbrios da economia norte-americana. Não que a Europa esteja equilibrada, as contas públicas, que deveriam ser rigidamente controladas em função da unidade européia, se mostram desafinadas. Mas o maior reflexo do desequilíbrio viriam dos Estados Unidos.

Perguntam-se até quando os Estados Unidos conseguirão sustentar um déficit em conta corrente que se aproxima a 6% do Produto Interno Bruto e que, apesar da desvalorização do dólar favorecer suas exportações, não se vislumbra uma reversão. Compõe esse fator o déficit fiscal estimado para 2005 de 521 bilhões de dólares. Os Estados Unidos mantêm essa situação atraindo uma gigantesca massa do capital financeiro, que vem da Europa e Japão. Estima-se que o passivo externo norte-americano aproxima-se de 3 trilhões de dólares (cerca de 25% do PIB), sendo que metade dessa cifra é de responsabilidade de Bancos Centrais, portanto, de Estados nacionais. Uma pequena queda que seja

nessa relação põe em marcha uma crise mundial sem precedente.

O problema está em que de nada adianta o reconhecimento de que não há solução individual. Europeus e japoneses pressionam os Estados Unidos, apontando ser o maior responsável pelo andamento da crise e pelos perigos vindouros. Estados Unidos e Japão acusam, por sua vez, a Europa por não se esforçar no sentido da recuperação econômica, ao manter as altas taxas de juros e não avançar nas reformas antipopulares. Europa e Estados Unidos exigem do Japão fim dos artificialismos de política financeira, com a qual o Estado evita um ajuste via quebra deira.

Mas o encontro de Davos não serviu apenas para refletir os impasses das potências. A China esteve em foco. Também se perguntaram até quando o Estado chinês poderá sustentar um crescimento de cerca de 8%, utilizando-se de uma moeda superdesvalorizada, da entrada de enxurrada de dólares de várias partes do mundo num mercado aberto à restauração capitalista e a toda sorte de especulação. Até quando poderá manter o regime de escravidão assalariada, que impõe até 12 horas por dia de trabalho, 7 dias por semana? Até quando as massas oprimidas do campo, que se acantonam nos centros urbanos, aceitarão sobreviver à mingua? Uma bancarrota da economia chinesa e uma convulsão social poderão abalar interesses do imperialismo.

As potências demonstraram, em Davos, que terão de ter maior influência na política governamental da burocracia chi-

nesa restauracionista.

É sintomático que um dos temas corrido à discussão foi: 'A China é uma mina de ouro ou um campo minado para o investimento estrangeiro'. Pelo resultado da exposição dos maiores grupos econômicos que investem na China, depreende-se que tanto é mina de ouro quanto campo minado. Chegou-se a denominar a economia chinesa como o eldorado das multinacionais, que só no ano passado aplicaram 55 bilhões de dólares. Auferiram alta lucratividade. Segundo o presidente da Nissan Motors, a China é o segundo mercado mais lucrativo do mundo para a indústria automobilística, vindo depois dos Estados Unidos. Por outro lado, apontaram-se problemas como a de bancos falidos, estatais ineficientes, desemprego crescente devido à modernização privatizante, a explosividade do êxodo rural, da moeda desvalorizada e outros.

Porta-vozes do imperialismo identificaram Estados Unidos e China como duas preocupações do momento. Mas na realidade são bem distintos os lugares que ocupam na crise mundial. Em relação à China, a identificação dos fatores da crise servem como canais de pressão para que a burocracia restauracionista dê maiores poderes não só para a exploração interna, como já vem dando, mas também para os ditames da estratégia mundial das potências. A China tem de se incorporar em todos os aspectos na órbita do capitalismo mundial, na condição de país semicolonial. O capital imperialista precisa ampliar o saque onde

ainda haja possibilidade, não podendo haver entraves de nenhum tipo.

Tudo indica que os elementos da crise identificados nas potências e nos seus reflexos internacionais continuarão a se agravar e a ofensiva contra as semicolônias a recrudescer.

Em todos esses eventos, os analistas burgueses não têm como deixar de lado as conseqüências sociais da marcha da crise capitalista. Estão obrigados a apontar, como uma das grandes dificuldades, a redução da taxa de desemprego e subemprego, que cresce por todos os cantos. Ainda que façam propaganda das campanhas assistencialistas, também não podem deixar de reconhecer que a fome e a miséria têm sido uma chaga incurável. O fato é que o desemprego crescente, a fome e a miséria são sintomas do capitalismo que se desintegra.

A crise que se avizinha potencializará ainda mais a crise social no mundo. A resistência dos explorados, em contrapartida, também vem crescendo. A luta dos iraquianos, afegãos, palestinos em torno do direito a autodeterminação e contra o saque imperialista colocam-se no mesmo sentido.

A compreensão da crise capitalista e a observação da resistência mundial das massas servem para fortalecer a convicção de que é necessário superar a crise de direção, construindo os partidos marxistas-leninistas-trotskistas como parte da luta pela reconstrução da IV Internacional, ou seja, do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Os EUA e o mistério das armas de destruição em massa no Iraque

O governo Bush determinou a instalação de uma comissão especial para averiguar de onde partiu a falsa informação sobre a existência de armas de destruição em massa no Iraque. Pode parecer absurdo, mas é uma manobra necessária ao governo Bush para tentar amenizar os efeitos eleitorais da mentira construída a fim de realizar a guerra de ocupação do Iraque. Bush observa a crise do governo Blair na Inglaterra e tenta reduzir os efeitos da antipatia popular à guerra e ocupação militar do Iraque. A burguesia norte-americana tem se mostrado dividida diante das perspectivas da ocupação. Essa divisão tem se expressado na disputa eleitoral pela presidência do país, que ocorre em novembro. A falsidade dos argumentos do imperialismo vem à tona, impulsionada pelo choque

interburguês, que também se manifesta em relação aos rumos da economia ianque. Tudo indica que o mecanismo do financiamento subsidiado pelos baixos juros está se esgotando com a elevação do déficit público, que por sua vez foi ainda mais agravado pelos gastos militares.

Nas últimas semanas, até a ONU foi chamada pelos EUA para tentar chegar a um acordo com as lideranças xiitas, que têm defendido a retirada das tropas de ocupação e a realização de eleições diretas no país.

Enquanto isso, prosseguem os ataques diários aos soldados ianques e a nativos que se aliam a eles. O número de mortos subiu qualitativamente, e chega a dezenas diárias. Os grupos de resistência mostram força e contam com apoio popular contra a ocupação

O governo Bush tem pela frente a dificuldade de aceitar a realização de eleições que não levem a um governo títere, e sim a outro governo xiita, como já existe no vizinho Irã, e que é antipático aos EUA. Propõe a realização de eleições indiretas, que seriam mais facilmente manipuláveis, a fim de determinarem o destino do país e de suas riquezas naturais.

As massas no Iraque têm saído às ruas e se mobilizado para resistir à ocupação ianque. Mas os limites desse movimento estão nas suas direções nacionalistas, na divisão entre as nacionalidades do país e na ausência de um partido revolucionário enraizado nas massas, que colocasse a luta antiimperialista e anticapitalista, o aramamento das massas e a autodeterminação dos povos vinculada à defesa da revolução proletária.

Congresso do POR da Bolívia

O Partido Operário Revolucionário, seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, saúda o Congresso do Partido Operário Revolucionário boliviano. A resolução aprovada reflete o último levante insurrecional das massas oprimidas nesse país, enfrenta os principais problemas estratégicos da revolução proletária do momento e traz à tona a trajetória programática do marxismo-leninismo-trotskyismo. Avaliando a importância dos acontecimentos recentes para o movimento revolucionário internacional e a transcendência da resolução do Congresso do POR, divulgamos em nosso jornal Massas o documento, que deve servir de instrumento para a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. Na próxima edição de nosso jornal, publicaremos a última parte da resolução.

Para a vitória do movimento revolucionário Como se expressa a luta revolucionária?

O processo revolucionário boliviano responde às particularidades nacionais, que são conseqüência da refração das leis gerais da economia mundial na estrutura econômico-social do país.

Na etapa de agudização da luta de classes que vivemos, esse fenômeno se expressa por meio da constante rebelião da propriedade social dos meios de produção contra a grande propriedade privada burguesa. Trata-se da antecipação do caminho que se percorrerá para chegar à sociedade sem oprimidos e nem opressores, isto é, o comunismo. Em síntese: não haverá sociedade nova, radical transformação da ordem social burguesa, se não se consegue sepultar o imperialismo, as multinacionais, para que impere a propriedade social.

Quem encarna a propriedade social? Unicamente o proletariado, por não ser proprietário dos meios de produção, por possuir unicamente a força de trabalho, que para subsistir a vende em troca do salário. A classe operária é, na Bolívia, minoritária em relação aos numericamente majoritários camponeses, artesãos, setores da classe média das cidades. Daqui se retira uma das particularidades da revolução social boliviana, que necessariamente tem de ser majoritária, o que obriga a classe operária, numericamente pequena, a converter-se em dirigente, na direção da nação oprimida pelo imperialismo. A política revolucionária tem de refletir essa particularidade.

A vitória do proletariado, que significa sepultar a ordem burguesa, somente será possível se se converte na direção política da nação oprimida pelo imperialismo, o que implica resolver os problemas fundamentais, não para deter esse processo na etapa democrática, mas para a transformar em socialista, não em duas etapas separadas no tempo, mas em um único processo.

Liderança do proletariado na nação oprimida

A direção política proletária dos setores sociais majoritários supõe que as linhas mestras da solução dos problemas destes tem de ser colocada agora e não depois de instalado o governo operário.

O Partido Operário Revolucionário lança, em resposta aos problemas que enfrentam as massas, um programa de reivindicações transitórias, cuja aplicação ajudará os oprimidos e explorados a se projetarem para a revolução social ou proletária, para instaurar o governo operário-camponês (na atrasada Bolívia equivale à ditadura do proletariado).

A revolução social na atrasada Bolívia tem de envolver obrigatoriamente, como um de seus objetivos finais, a imposição da

propriedade social, o que supõe a eliminação de toda forma de propriedade privada, incluindo a pequena, concretamente a que impera no campo, no seio do artesanato e de outros setores da classe média.

De uma maneira mais precisa - todas as grandes convulsões sociais, conseqüência da agudização da luta de classes e das mobilizações das nacionalidades nativas, atualmente subjugadas, aparecem como expressões da pressão, da luta da propriedade social (apesar da redundância há que reiterar que não é privada) para impô-la à sociedade. Tem de assinalar que o grande marco dentro do qual se dá a luta de classes e das nacionalidades é o choque da propriedade social com a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção.

Como podem as classes não proletárias apontar a rebelião da propriedade social?

As classes que se distinguem por ser pequenas proprietárias se vêm obrigadas a adaptar esta atitude (apoio ao movimento que encarna a propriedade social) porque em seu empenho de resolver seus problemas se vêm obrigadas a se soldarem com a luta da classe não proprietária privada, a única capaz de derrotar a burguesia, classe dominante exploradora e opressora por excelência. Isso não quer dizer que as classes e nacionalidades não proletárias abandonem automaticamente sua submissão à pequena propriedade. A experiência histórica assinala que, uma e outra vez, aflora o choque entre propriedade social e pequena propriedade privada. Seguramente, a experiência acerca da grande vantagem da social sobre a pequena empurrará suas expressões sociais a se soldarem nesse plano com a classe operária.

Inúmeras ações, atitudes e inclusive não poucas declarações, nos permitem descobrir que, no seio das nacionalidades subjugadas e quase todas elas expulsas da terra que possuíam do descobrimento do continente pelos espanhóis, explodem de quando em quando ações dirigidas à conquista de suas terras. Os camponeses sem terra, utilizando a ação direta de massa dão provas de que seu objetivo é recuperar o que consideram o que era delas do passado distante. Isto é algo que já aconteceu e acontece hoje nas nacionalidades nativas, ao extremo de arrancar pronunciamentos dos partidos burgueses.

Esta luta não é a primeira como rebelião das nacionalidades nativas; a história boliviana está cheia de batalhas intermitentes destas nacionalidades contra os usurpadores das terras, os grileiros, os latifundiários. Desta maneira e às vezes indiretamente, a ação as levou a se soldarem com aqueles que faziam atividade

política de determinados setores partidários e até governos. Citamos alguns casos impactantes: as mobilizações apoiando o “Tata Pando”, os governos de Villarroel, o MNR da primeira época, do general Barrientos...

Não foram poucas as rebeliões que se soldaram com a luta revolucionária do proletariado, como mostram lições do passado. Essa oscilação entre os pólos extremos da sociedade põem em evidência que o camponês, como acontece com outros setores sociais, carece de uma política própria e independente, nitidamente diferenciada da estratégia das classes operária e burguesa. Voltamos a assinalar que o camponês carece de política própria porque é expressão da pequena propriedade privada.

Esse problema explica por que o Partido Operário revolucionário está obrigado a formar como militantes na ideologia do proletariado os melhores elementos selecionados no seio do campesinato e de outros setores sociais.

O que se tem de entender com clareza é que a revolução proletária boliviana se tornaria inviável se o POR não conseguir incorporar as nacionalidades nativas e os setores empobrecidos das classes médias à luta revolucionária contra o capitalismo e os governos burgueses.

Isso explica por que nos países capitalistas atrasados a tática que corresponde aplicar é a da frente revolucionária antiimperialista e não a frente única proletária, própria das metrópoles do capital financeiro.

Chama atenção que alguns pretensos teóricos do trotskismo do exterior insistam sustentando que a frente revolucionária antiimperialista não é outra coisa que a frente popular ou a aliança com setores da burguesia, uma invenção do POR boliviano etc.

A presença no cenário de nacionalidades nativas subjugadas pela oligarquia, pelos governos burgueses etc, coloca de maneira inexorável a luta pela conquista da autodeterminação nacional, que quer dizer que as nacionalidades oprimidas podem se organizar politicamente em Estados soberanos. É necessário assinalar que os numerosos Partidos Índios, que existiram e existem no país, levantaram esta reivindicação fundamental e que unicamente foi lançada com o objetivo essencial e irrecusável pelo Partido Operário Revolucionário, que certamente se inspirou no bolchevismo.

Não se deve esquecer que, se bem as nacionalidades camponesas não levantem de maneira nítida o seu direito à autodeterminação, praticam-na em seus ayllus a democracia direta (quando se atritam com a representativa, acreditam que se aproximam de sua libertação), têm sua própria justiça e práticas não escritas. Em resumo, são auto-governos. Quando recorrem ao levante, muitas vezes contra as autoridades que as oprimem, quando ocupam as terras, estão nos fatos praticando ou avançando no campo da auto-determinação, ainda que certamente sem levar em conta acabadamente o que está acontecendo diante de seus olhos.

O Partido Operário Revolucionário tem de arrastar por detrás de si a nação oprimida pela burguesia e pelo imperialismo, o que obriga dar resposta aos problemas fundamentais daquela; que tem de corresponder, em sua essência e em sua aplicação, à tarefa de impulsionar as massas para a revolução social, isto é, proletária. Só por esse caminho pode se esperar a vitória do marxismo-leninismo-trotskista.

Sobre a crise aguda das direções sindicais

A Bolívia goza de uma rica e ampla experiência política. É preciso assinalar que, em seu favor, conta, como fato de grande transcendência, o que um dos documentos programáticos clássicos da Central Operária Boliviana (a conhecida “Teses de Pulacayo”) conseguiu transformar profundamente as perspectivas da luta de classe no país, o que se reafirma pelo fato de que tal documento continua conservando sua vigência, apesar de seus 57 anos e o desenvolvimento profundamente convulsivo da história do país.

Isso se explica por que as “Teses de Pulacayo”, graças à participação da militância trotskista no seio das massas operárias das minas, conseguiu assimilar devidamente a essência do marxismo conforme a atividade instintiva do assalariado radicalizado. A partir desse momento, as grandes convulsões sociais do país demonstram que são expressões vivas das leis fundamentais da história do país, que se movimenta dentro das linhas mestras da economia mundial.

Há mais de meio século que as “Teses de Pulacayo” dirigem a luta das massas, conservando intacta sua atualidade, isto porque encarna a política revolucionária que conduz à sociedade sem classes e à pátria universal, isto é, à vitória da propriedade social dos meios de produção, à sociedade comunista.

Esta política é parte da história das massas, de sua tradição, de sua memória, que não tarda em se atualizar, assim que se radicalizam e colocam a necessidade de acabar com a ordem social burguesa imperante. Esse fenômeno é totalmente estranho e contraposto à má conduta encarnada pela burocracia sindical corrompida ao extremo, apegada ao empresariado, ao aparato governamental de turno e que, atualmente, passa por uma de suas maiores crises, que se caracteriza por protagonizar uma constante desintegração interna em meio de seu isolamento das massas.

Equivocadamente, esse fenômeno se apresenta como se fosse a ausência total de direção das massas, que combatem nas ruas e nas estradas. Os setores radicalizados que se destacam procuram materializar o que chegou até eles como uma tradição, isso como algo inexplicável para jornalistas, historiadores e ideólogos, que respondem aos objetivos da burguesia. É em meio ao combate e desde o seio mesmo dos protagonistas que surge a necessidade de se organizar e de superar todo o fato até o momento, é assim como aparecem as organizações e os dirigentes, todos atuando coletivamente e repetindo e superando as lições do passado. Trata-se das direções revolucionárias trabalhando coletivamente sob o olhar vigilante das bases. Neste processo, não há privilégios e nem dádivas econômicas. Esta é a forma de atuar das massas que potencia a luta revolucionária e se dirige a pulverizar e varrer as velhas burocracias sindicais corruptas. Uma vez mais a burocracia cobista, submetida ao governo burguês de turno, será varrida do cenário pelo impulso radical das massas.

As direções das massas, que se incorporam desde o seu seio, encarnam a linha revolucionária e captam com extrema facilidade a linha política radical difundida pelo marxismo-leninismo-trotskismo, pelo Partido Operário Revolucionário.

O programa partidário e a teoria marxista não são talhados em molde para não sofrer perfeições conforme o desenvolvimento dos acontecimentos econômico-sociais, contrariamente, o

desenvolvimento da luta de classe obriga ao partido se preocupar com o aperfeiçoamento do programa partidário, portanto, da linha política que os explorados e oprimidos devem seguir.

A revolução social não pode se dar e triunfar se não conta com um poderoso partido político marxista-leninista-trotskista, isto é, uma imbatível direção. O programa é que capta a militância nova, que tem de ser devidamente selecionada e formada. A experiência acumulada pelo POR, nesse terreno, será de muito proveito para o fortalecimento partidário. A presença da militância porista nas batalhas das multidões e na própria vida sindical garante que a luta conduza à vitória.

O militante porista é um revolucionário profissional, um bolchevique que se forma devidamente para dedicar toda a sua vida à luta pela vitória da causa dos oprimidos e explorados, do comunismo. O que é um bolchevique? Um elemento que oculta seu nome de origem, usa pseudônimos para não ser descoberto, que não tem domicílio conhecido e que se esconde em lugares clandestinos, marcha sem impedimento.

Tem de ser formado, devidamente, na célula partidária em que milita, no campo teórico, de organização, como agitador e propagandista para cumprir rigorosamente todas as atividades próprias da vida partidária.

O POR, cuja tarefa histórica é a de dirigir os explorados e oprimidos para a conquista do poder político, é numericamente minoritário, pois a natureza da formação de sua militância não lhe permite incorporar em suas fileiras a maioria das massas oprimidas. A seleção rigorosa dos elementos que se transformam em militantes é um trabalho cuidadoso, o que impede que o crescimento partidário seja acelerado.

Entretanto, o partido marxista-leninista-trotskista tem de cumprir a tarefa fundamental de dirigir as massas para a conquista do poder político, concretizar a revolução social. Essa aparente contradição e questão importantíssima têm de ser pontualizada:

O Partido Operário Revolucionário não poderia cumprir suas tarefas fundamentais se se permanecessem como pequeno grupo de militantes totalmente isolado das massas, inclusive com estas se movem ativamente. Seria absurdo não resolver esse problema. A resposta a encontramos no programa do POR e em suas normas organizativas.

Seria absurdo acreditar que o partido marxista cumprirá seu papel permanecendo como um grupo pequeno de sábios marxistas. A posição porista é diferente; sua tarefa política-organizativa é clara: os militantes têm de penetrar no seio das massas de trabalhadores para organizar, com os melhores ativistas, células de revolucionários. Essas células dirigirão as massas mobilizadas, traçarão a linha política que deve seguir, desta maneira a minoria porista tem de dirigir politicamente a maioria.

Não se trata de que os poristas confundam o que foi dito mais acima com a torpe manobra de se aproximar dos dirigentes sindicais, a maior parte deles já burocratizada e corrompida. Há que penetrar nas bases, ainda que não saibam ler, nem escrever, tornar-se companheiro delas, viver sua vida e cooperar (de igual para igual) em suas atividades sindicais; o companheirismo profundo que se conquista ajudará a cumprir o trabalho político. Neste trabalho, os militantes assimilaram devidamente os textos clássicos do marxismo e comprovarão que os operários de base radicalizados são seus verdadeiros mestres. A organização dos

operários de base, o surgimento em seu seio da verdadeira direção revolucionária, inicialmente como pequenos grupos isolados, tenderá a se generalizar, procurando abarcar toda a população. Esses são os cabildos abertos (assembléias), uma velha tradição boliviana herdada da colônia. Tem de se preocupar que a luta das massas encontre sua direção revolucionária nos cabildos abertos, cujas reuniões periódicas e freqüentes devem se generalizar. Tudo isso permitirá evitar a corrupção das direções sindicais.

O ascenso revolucionário permite soldar os sindicatos e suas direções com o grosso das massas que combatem.

Uma tarefa inadiável, elevar o nível teórico da militância

O Partido Operário Revolucionário boliviano elaborou, partindo do Programa de Transição da IV Internacional, redigido por Trotsky, um programa da revolução boliviana e que foi confirmado pelo desenvolvimento histórico do país. Foi realizado um trabalho produtivo de investigação das particularidades nacionais nos marcos da economia mundial. Os materiais produzidos são volumosos e sua essência confirmada pelo desenvolvimento da luta de classe. O programa correto em suas linhas fundamentais, o devido conhecimento da realidade nacional, permitiu ao POR mostrar uma fortaleza para resistir à luta em condições difíceis, para suportar a perseguição do imperialismo e dos governos bolivianos. Nossos adversários políticos foram pulverizados, desapareceram, enquanto o trotskismo se fortalece na medida em que o tempo passa.

Um dos fatores negativos consiste no enorme desnível entre a teoria-programa partidário e a falta de assimilação pelo grosso da militância, apesar da volumosa publicação partidária. Chegou o momento de nos potenciar, assimilando devidamente o marxismo-leninismo-trotskismo, a essência do programa partidário.

As células e os comitês regionais devem programar esse trabalho e ir aperfeiçoando-o na medida em que o experimenta.

O armamento das massas

O impulso instintivo das massas se esgota quando estas materializam as tarefas que lhes dita a tradição (o costume) para seguir adiante e projetar-se para a insurreição ou tomada física, armada, do poder. Necessitam de planos políticos, isto é, guiar-se pela transformação do instinto de classe em consciência. Esse objetivo pode ser cumprido unicamente pelo Partido marxista-leninista-trotskista, fundido com as massas que combatem.

É preciso rechaçar, por ser hipócrita, estúpida, reacionária e abertamente pró-burguesa, a besteira demagógica de que se pode chegar ao poder unicamente pelo caminho eleitoral. A fim de obter a transformação pacífica, gradual, sem convulsões, da sociedade classista. Os politiquês, já profundamente penetrados pela corrupção, que formulam esse objetivo, evidenciam que buscam a defesa do capitalismo apodrecido, a perpetuação da Bolívia como colônia norte-americana.

A verdadeira política é luta de classe contra classe (na sociedade capitalista, do proletariado contra a burguesia), é violência

revolucionária. Isso é o que obriga a resolver o problema do armamento das massas em luta.

Os estudos e discussões do trotskismo boliviano sobre esse tema são ricos em experiência e ensinamento, que aqui colocamos em poucas linhas.

Imediatamente depois do 9 de abril de 1952, a população das cidades mais importantes do país exibiu as armas que tinha obtido do exército que se dissolvia, os sindicatos de maior capacidade tinham arsenais cheios. As manifestações e marchas multitudinárias calavam os opositores com rajadas de metralhadoras etc. É lamentável que, no entanto, não tivessem tirado todos os ensinamentos desse processo.

A primeira coincidência de objetivo entre o imperialismo, particularmente o norte-americano, e o novo governo movimentista, mas já temeroso de ter de se enfrentar com a oposição das massas radicalizadas, que davam provas de que caminhavam para o socialismo, foi a de desarmá-las de imediato e de maneira radical. O governo MNR, contando com a cumplicidade e apoio da burocracia sindical, que já conhecia os primeiros sinais de burocratização, alcançou seu objetivo de desarmar os trabalhadores, pensando que assim poderia submetê-los mais rapidamente à sua vontade.

Repetimos que as massas poderão se armar se se conseguem abrir, para elas, as portas dos arsenais dos quartéis e tenham os fuzis a seu alcance.

Há outro dado sobre o problema: a particularidade das Forças Armadas do país está em que carece de uma doutrina pró-

pria, isto como projeção da incapacidade da classe dominante para forjar sua cultura, limitando-se a repetir o que vem do exterior. As raízes das Forças Armadas fazem com que vivam e se desenvolvam intimamente ligadas às camadas populares, característica que se acentua porque refletem a miséria extrema que açoita a maioria nacional. Esse fatores se traduzem no fenômeno surpreendente de que os elementos jovens, inteligentes e mais valentes da oficialidade e da tropa das Forças Armadas se inclinam para o marxismo.

Os oficiais revolucionários estão aí, imersos em seu próprio meio. Lançaram uma veemente mensagem do "Vivo Rojo", que tantas vezes ocupou as páginas dos jornais do país. É nossa tarefa inadiável contribuir para o fortalecimento da corrente revolucionária que se move no seio das Forças Armadas. É preciso ler e difundir o programa do "Vivo Rojo" ("Exército e Revolução. Bases ideológicas da Tendência Revolucionária das FFAA"), contribuição inestimável para o movimento revolucionário do país. É preciso rechaçar como absurda a tese de que todo militar é fascista. Certamente que é excepcional o surgimento de uma corrente revolucionária com programa no seio das instituições castrense, mas é consequência das particularidades nacionais.

Tampouco se pode esquecer que o partido revolucionário deve estar devidamente armado. Não se esquecer que marchamos para a batalha de conquista do poder político.

(Extraído do Massas boliviano nº1887, de 23 de janeiro de 2004)

Bolívia: trégua se esgotou e movimentos retomam a mobilização

O governo de Mesa já começou a ter de se deparar com um novo ascenso de massas. A trégua que as lideranças camponesas lhe deram após o último conflito, em outubro, se esgotou. O governo não atendeu (nem poderá atender) as reivindicações dos camponeses, operários, professores, estudantes e populares.

Acuado pela possibilidade de novo levante, o parlamento cogitou transferir sua sede de La Paz para Sucre, a fim de evitar que ficasse exposto a novo levante popular. As massas se mobilizaram e impediram a mudança, sob a ameaça de greve geral no departamento (Estado) de La Paz.

O governo, pressionado pelos EUA, tem de elevar o preço dos combustíveis, a fim de torná-los rentáveis às exploradoras multinacionais. Para evitar um confronto direto com as massas, anunciou a elevação a pequenos passos, vinculando os preços ao dólar.

Os motoristas realizaram dois dias de greve geral nacional, e o governo teve de ceder a suas reivindicações. A COB anuncia a preparação de uma nova greve geral no país. Reivindica a dissolução do parlamento e a instalação de uma Assembléia Popular. nos

moldes da de 1971. Essa colocação dividiu as lideranças camponesas: Evo Morales, que é deputado, a criticou, e defendeu a existência do parlamento burguês. Felipe Quispe e outras lideranças apóiam, ainda que em palavras, a bandeira e se contrapõem ao governo. Os estudantes têm se reorganizado para se juntarem à luta de operários e camponeses contra o governo.

Tudo caminha para um novo levante no país. Algumas lideranças terão de se chocar abertamente contra as massas revoltadas. Outras serão obrigadas a empunhar bandeiras que rejeitam por pressão popular. Um novo levante nacional que coloque a derrubada do governo e do parlamento e a instalação de uma Assembléia Popular pode desembocar na revolução.

O POR boliviano tem combatido as posições de conciliação das lideranças camponesas e a bandeira distracionista da constituinte, seja ela desta ou daquela forma, defendida pelas correntes de esquerda. Tem defendido que o momento e o da revolução proletária, que dará às nacionalidades indígenas (maioria nacional) a autodeterminação, romperá com o

imperialismo e desenvolverá a economia sob a base do planejamento proletário e do poder da democracia operária, expressa nos cabildos e ayllus.

É dever dos revolucionários dos outros países apoiarem a luta que se trava na Bolívia, país em que as condições para a revolução são mais favoráveis, como passo para a revolução socialista, que como tal só pode ser internacional. O boicote às posições do POR, as campanhas difamatórias, o apoio às correntes conciliadoras com a burguesia, a defesa do distracionismo democrático, revelam-se contra-revolucionários diante da ação das massas bolivianas.

A construção de partidos-programa em cada país, que sejam capazes de assimilar a experiência do socialismo científico desenvolvida e fundir as idéias revolucionárias com as massas em luta em seu próprio país, é ajudar a revolução boliviana a vencer. A pregação da construção de partidos eieitorais, a unidade com os discursos burgueses antirevolucionários, alimentar as ilusões da democracia burguesa nas massas, tudo isso é o caminho oposto.